ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

ACTA Nº 25

-----Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal das Velas, realizada no dia 29 de Abril de 2013. ----------

-----Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e treze, pelas dezanove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho das Velas, deu-se continuidade à sessão ordinária da assembleia municipal do concelho das Velas, presidida pelo senhor António Frederico Correia Maciel, presidente da mesma assembleia municipal para análise, discussão e votação dos pontos da ordem de trabalhos constantes da convocatória, que se descriminam ----------

----- 1 - Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º deste Regimento. ----------

----- 2 - Análise do Relatório sobre a informação anual enviado ao Presidente da Assembleia Municipal pela UHY & Associados, SROC, Lda - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas /Execução Orçamental a 16 de Abril de 2013; ---

----- 3 - Prestação das contas do ano de 2012, incluindo apreciação das contas das empresas municipais e consolidação das mesmas. ----------

----- 4 - Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2011 da Câmara Municipal. ----------

----- 5 - Primeira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano. --------

----- 6 - Apreciação das declarações sobre devedores de água e recolha de resíduos sólidos enviadas à Assembleia Municipal nos termos do artigo 15 da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como dos pagamentos em atraso por parte do Município e dos compromissos plurianuais do mesmo. ----------

----- 7 - Análise de uma informação e deliberação da Câmara Municipal sobre correcção do património inicial do Município das Velas. ----------

----- 8 - Fixação da taxa municipal a cobrar pela emissão de certificado de registo de cidadão europeu. ----------

----- 9 - Proposta de alteração dos Estatutos da Empresa Municipal "Terra de Fajãs" aprovados na última sessão da Assembleia Municipal. ----------

----- 10 - **Análise da proposta de aprovação do contrato de aquisição gratuita de participações sociais a celebrar entre a Velas Futuro E.E.M. e o Município das Velas, para aquisição, a título gratuito, de 50 000 acções da Terra de Fajãs, S.A.**

----- 11 - **Proposta de alteração do Regulamento da Estrutura e reorganização dos Serviços do município das Velas.** ----------

----- 12 - **Proposta de alteração do Mapa de Pessoal a recrutar no ano de 2013 pela Câmara Municipal das Velas.** ----------

----- O senhor presidente da assembleia municipal iniciou esta sessão justificando a sua legalidade e, para isso, comunicou que o número 1, do artigo 49.ª, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, estabelecia a realização de uma sessão Abril indicando como um dos pontos obrigatórios da Ordem dos Trabalhos a apreciação da Conta de Gerência relativa ao ano económico findo pelo que disso se inferia que a sessão de Abril, para além do estatuído em sede legal sobre a Conta de Gerência, devia também ser dedicada, essencialmente, as duas acções especiais: ----------

----- **a)** Por um lado, deveria servir na perspectiva do legislador para dar aplicação prática às normas legais consagradas nas alíneas c), d), e) e f) do número 1 do artigo 53.º da Lei "que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias", isto é, a Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----------

----- **b)** Por outro lado, serviria também para a apreciação de algum assunto ou proposta que a Câmara Municipal pretenda apresentar a esta Assembleia Municipal. ----------

----- Continuando disse que a Lei, porém, não estabelecia o dia em que cada sessão se devia realizar mas o Regimento desta Assembleia Municipal estabelecia no número 1, do seu artigo 18.º que "os membros da Assembleia são convocados para as sessões ordinárias por edital e por carta com aviso de recepção, ou através de protocolo, as quais lhe devem ser dirigidas com a antecedência mínima de oito dias", pelo que esperara, como habitualmente, pela remessa da Conta de Gerência para então convocar a Assembleia Municipal, acrescentando que, assim, a convocatória fora enviada aos membros da Assembleia no dia 18 de Abril, ou seja, dois dias após a entrega da documentação respectiva pela Câmara Municipal. ----------

----- Como habitualmente, chamou também a atenção dos senhores deputados municipais para o artigo 16° do Regimento que se referia aos limites de tempo e número de reuniões de cada sessão da Assembleia Municipal. ----------

----- Após a justificação do enquadramento legal desta reunião, verifica-se estarem cumpridas todas as formalidades impostas pela lei, declarou que esta sessão ordinária tinha legalidade e legitimidade para se iniciar de imediato.

----- Comunicou, de seguida a ausência da senhora deputada municipal Margarida Augusta Rodrigues Fernandes do grupo municipal do Partido Socialista que fora substituída pelo senhor deputado municipal João Manuel Cordeiro da Ponte, do mesmo grupo municipal, cujos poderes já haviam sido verificados anteriormente. ----------

----- Também comunicou que, do grupo municipal do CDS-PP, recebera um ofício, datado daquele próprio dia, que justificava a ausência da senhora deputada municipal Maria da Luz das Graças porque estava ausente da ilha e, devido a atrasos nas ligações aéreas, não conseguira chegar, como era previsto a S. Jorge naquele dia. ----------

----- Concretizadas as substituições, procedeu à chamada tendo-se verificado a presença dos senhores deputados municipais António Frederico Correia Maciel, Luís Manuel Bettencourt Teixeira Ávila, Mark Silveira Marques, Ana Maria Fagundes Pereira, Tânia Raquel Fonseca de Machado, António Oldemiro das Neves Pedroso, Rui Miguel Vieira de Sequeira, José Luís Dias Bettencourt; Vânia Gorete Matos de Sousa, Carlos Jorge Bettencourt da Silveira, Paula Maria Sequeira Amarante. João Manuel Cordeiro da Ponte, Maria de Fátima da Silveira, Juvelino Gabriel Reis, Dario Trajano da Silva Almada, Luís Virgílio de Sousa Silveira, Henrique Luís Teixeira, Amaro Rui Machado Soares; Paulo Alberto Bettencourt da Silveira. ---------

----- Posto isso, e havendo legalidade na convocatória e assegurado que estava o quórum, lida a Ordem dos Trabalhos, foi então dado início aos nossos trabalhos, chamando o senhor presidente da assembleia à atenção dos senhores deputados municipais e vereadores que não se encontravam em funções a tempo inteiro que as senhas de presença desta sessão se encontravam na mesa da assembleia e solicitou aos

senhores deputados municipais que no fim da sessão ou nalgum intervalo que, porventura, fosse feito, as preenchessem e assinassem. ----------

----- No período destinado à **Leitura do expediente** comunicou que durante o período que mediou entre a última sessão ordinária e aquela, chegara a esta Assembleia a seguinte correspondência: ----------

----- 1 - Algumas publicações regionais e nacionais provenientes de Grupos Parlamentares, Partidos Políticos, Associações autárquicas, etc. ----------

----- 2 - Alguns requerimentos e intervenções dos senhores deputados regionais eleitos pelo círculo de São Jorge e que também fazem parte desta Assembleia Municipal, produzidas na Assembleia Regional. ----------

----- 3 - Ofícios da câmara Municipal das Velas a remeter diversas actas das suas reuniões que, caso pretendam, podem ser consultadas a pedido de qualquer dos senhores deputados municipais. ----------

----- 4 - Ofício da Câmara Municipal n.º 937/14.4.1, de 18 de Março, remetendo a esta Assembleia Municipal diversas deliberações avulsas aprovadas na reunião de 7 de Março do corrente ano que, nos mesmos termos, podem ser consultadas pelos senhores deputados municipais. ----------

----- 5 - Ofício da Câmara Municipal n.º 1353/1.2.4, de 15 de Abril, solicitando a esta Assembleia Municipal a aprovação em minuta das propostas camarárias. ----

----- 6 - Convite da Casa de Repouso "João Inácio de Sousa" para "na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal proferir uma palestra sobre o tema "o Concelho no presente e Perspectivas do Futuro". ----------

----- Aceitei o convite e, de facto, proferi a referida palestra.

----- 7 - Ofício da Casa de Repouso "João Inácio de Sousa" solicitando colaboração no sentido da Mesa da Assembleia Municipal e/ou a Comissão Permanente da mesma procederem à elaboração das conclusões do evento referido no número anterior. ----------

----- Não cabendo tal solicitação nos termos regimentais comuniquei tal facto ao senhor Presidente da Direcção e sugeri outra alternativa que seria convidar os membros da Mesa e/ou da Comissão Permanente para participarem em tal evento

e que no local fossem convidados individualmente para colaborarem na redacção de tais conclusões. ----------

----- 8 - Carta de 18 de Abril do corrente ano de uma representação de um grupo de jovens solicitando permissão para apresentar em reunião desta Assembleia um projecto com o objectivo de dinamizar a economia local. ----------

----- Informei os autores da carta que autorizava a apresentação do referido projecto aquando o período destinado à intervenção do público. ----------

-----9 - Convite da Confraria do Queijo de S. Jorge convidando o Presidente da Assembleia Municipal a assistir à cerimónia da XVI entronização de novos confrades e para o almoço, que se realizaram no passado dia 23 de Abril, dia de S. Jorge.

----- Estive presente ao acto de entronização e informei não poder estar presente ao almoço já que na mesma hora haveria um outro para que tinha sido convidado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

----- No referido almoço não me fiz representar já que todos os substitutos legais da Presidência estavam convidados para um e/ou para o outro almoço.

----- 10 - Cópia de uma carta sem data que a Filarmónica Recreio Amarense enviou ao senhor Presidente da Câmara Municipal das Velas, solicitando-me que seja dado conhecimento a esta Assembleia Municipal pelo que faço a sua distribuição pelos senhores deputados municipais. ----------

----- O senhor presidente da assembleia informou também os senhores deputados municipais que aquela Assembleia Municipal não participara na programação das comemorações do 25 de Abril do corrente ano porque lhe fora apresentado pela Câmara Municipal das Velas um programa já elaborado que, a seu ver, respondia minimamente aos objectivos de tais comemorações pelo que se abstivera de qualquer participação activa em tal programação, estando, no entanto, presente aos actos oficiais da referida programação. ----------

----- No período reservado à apresentação de propostas e requerimentos pelos senhores deputados municipais, o senhor presidente da assembleia municipal informou que recebera em 2 de Abril de 2013 um requerimento do senhor deputado municipal Mark Marques sobre o "**eventual desmantelamento do Parque Infantil**

das Velas (Entre-Morros)", informando que tal requerimento foi enviado ao senhor Presidente da Câmara no próprio e dia e a sua resposta foi recebida no dia 17 de Abril, tendo já sido dado conhecimento ao senhor deputado municipal. ----------

----- Informou que haviam sido ainda enviados no dia 5 de Abril do corrente ano ao senhor presidente da Câmara Municipal dois requerimentos da minha autoria, tratando o primeiro da "**execução da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto**", nomeadamente sobre a internalização dos funcionários da "Velas Futuro", e o segundo acerca **das dívidas de consumo de água e resíduos sólidos**, nomeadamente da União de Cooperativas, cuja resposta ao primeiro lhe tinha sido entregue no dia 22 do corrente mês. ----------

----- Informou também que recebera, em 10 de Abril do corrente ano, um requerimento do grupo municipal do CDS-PP sobre "**terra/entulho em Entre-Morros**" e que tal requerimento fora enviado ao senhor Presidente da Câmara no dia 16 de Abril do corrente ano. ----------

----- Também noticiou a recepção, em 18 de Abril de 2013, de um outro requerimento do senhor deputado municipal Mark Marques sobre a "**asfaltagem dos arruamentos do Parque Industrial inacabados**" cuja cópia foi enviada ao senhor Presidente da Câmara Municipal no próprio dia. ----------

----- Finalmente comunicou ter enviado, no dia 19 de Abril do corrente ano, ao senhor presidente da Câmara Municipal um requerimento da sua autoria sobre "**mapa de pessoal da Câmara Municipal das Velas**", nomeadamente sobre as funções a desempenhar a pós a internalização. ----------

----- Terminadas as informações e a apresentação de requerimentos, o senhor presidente da assembleia passou ao período destinado à intervenção do público e uma vez que lhe tinha sido solicitado, em requerimento, a apresentação naquela sessão de um projecto de vários jovens sobre economia local, daria em primeiro lugar a palavra a esses jovens e posteriormente abriria o debate sobre aquela matéria e sobre eventuais intervenções de mais público presente. ----------

----- O senhor deputado municipal Mark Marques solicitou, no entanto, a palavra ao senhor presidente da assembleia para fazer um protesto sobre um acontecimento ocorrido naquele período de antes da ordem do dia, dizendo que vinha

sendo norma daquela Assembleia Municipal ao longo dos três anos e meio de mandato de aparecer algum público por diversas razões, uns para tratar dos assuntos dos arruamentos das suas casas, outros por assuntos da comunidade e naquele dia felizmente aparecia um projecto muito interessante em cima da mesa, e que na altura devida iria pronunciar-se sobre o assunto, referindo que nas últimas três sessões seguidas tinha estado ali naquela assembleia municipal um cidadão que era o senhor Luís Cabeceiras. Continuando disse que tinha sucedido na sessão de 27 de Fevereiro daquele ano que senhor presidente da câmara havia usado a seguinte frase sobre o mesmo cidadão: "Vem sempre um artista para aqui, na Assembleia Municipal", e que, quando tinha ouvido aquilo, não queria acreditar no que estava a ouvir, mas uma vez que as redes sociais permitiam que se ouvissem as coisas várias vezes, confessou que ao ouvir a reportagem do senhor presidente da câmara à Comunicação Social, tinha caído em si porque tinha ouvido mesmo, pelo que enquanto deputado, bem como os deputados municipais do PSD, se queriam desmarcar daquela atitude por entenderem que qualquer cidadão que ali fosse, nomeadamente aquele que ali tinha estado várias vezes a referir-se a questões do bem comum e achavam que o senhor presidente da câmara, concordando ou não com os assuntos tratados pelos munícipes que intervinham nas sessões da assembleia municipal, deveria ter "postura". ----------

----- Continuando, o senhor deputado municipal disse que estava a falar para o senhor presidente da câmara e não para o senhor Manuel Silveira pelo que se demarcava da referida atitude de chamar "artista" a um munícipe que ali se encontrava de uma forma livre e democrática. ----------

----- Prosseguindo disse que queria deixar ali aquele protesto, para além de uma outra observação feita pelo senhor presidente da câmara na mesma reportagem sobre o facto da mesa da assembleia municipal, naquela sessão, ter mudado e, por isso, ter sido mais célere, mas que, quanto a isso, uma vez que a mesa já tinha voltado, a mesma com certeza se iria defender. ----------

----- O senhor presidente da assembleia deu então a palavra aos jovens para apresentarem o referido projecto, depois de estes terem feito o favor de lhe entregar e ele tinha enviado um exemplar a cada líder dos respectivos grupos municipais. ------

-----Posto isto, o projecto foi apresentado por um dos elementos presentes na sessão, referindo-se que, "no actual contexto económico adverso em que escassez de financiamento leva a que o investimento público seja cada vez mais reduzido e criterioso", aquele trabalho surgia "na sequência de um conjunto de ideias e opiniões partilhadas por um grupo de jovens velenses, que sentiam e viviam a sua terra e que pretendiam de alguma forma contribuir para o desenvolvimento do concelho de Velas" referindo que tal proposta poderia "ter impacto positivo não só no concelho, mas também em toda a ilha de S. Jorge". ----------

----- Referiu a seguir que a proposta concreta apontava para que "um dos próximos investimentos camarários, deveria passar pela criação e implantação de um Mercado Municipal" cujo objectivo, para além da recuperação de "uma tradição secular", pretendia "a criação de valor acrescentado dando a hipótese ao pequeno produtor de escoar a sua produção, ao mesmo tempo que dava hipótese à população de aceder a produtos frescos e de qualidade excepcional". ----------

----- Referindo-se ao sucesso desses mercados em S. Miguel e Terceira, realçou o êxito dos mesmos em ilhas ditas mais pequenas como os casos da Graciosa e Santa Maria. ----------

----- Posto isto, o grupo de jovens presentes apresentou um trabalho realizado por eles que, segundo os próprios, se tratava de "um pequeno estudo, ainda que de forma simples, com intuito de contribuir para o lançamento dessa ideia, e que a mesma pudesse num futuro próximo tornar-se uma realidade. ----------

----- Na apresentação do conceito de Mercado Municipal, referiram a sua importância "no abastecimento à população de produtos alimentares frescos", pretendendo-se também "que o Mercado Municipal contribua para a divulgação do artesanato local, como ponto de venda dedicado a essa vertente", sustentando que o futuro mercado municipal "se torne não só um espaço exclusivamente comercial, mas também uma zona de lazer e convívio, pelo que achamos conveniente a inclusão de um pequeno Snack-Bar com esplanada neste espaço". ----------

----- Apresentaram de seguida o resultado de um inquérito feito a noventa e uma pessoa, em que oitenta por cento indicava a implementação do mercado municipal

como prioritário e que noventa e dois por cento indicavam a sua localização na vila das Velas. ----------

----- No mesmo inquérito, e como "forma de testar o potencial económico do mercado, cinquenta e três por cento dos inquiridos responderam que estariam dispostos a despender do seu ordenado mensal, entre cinquenta e cem euros, em compras feitas no mercado e doze por cento estaria disposto a depender mais de cem euros mensais". ----

----- Em termos de localização, os jovens envolvidos no projecto indicaram que "o jardim da Casa Cunha apresentava-se como solução ideal, pela sua dimensão, pela sua história e pela sua localização privilegiada na zona das Velas". ----------

----- Não indicando os dados apresentados como "um estudo de viabilidade económica, uma vez que existem variáveis condicionantes as quais não foram tidas em consideração", disseram "acreditar ser este um investimento de baixo custo, implicando um esforço reduzido em termos financeiros, isto porque a construção poderia ficar a cargo dos trabalhadores do município, tendo estes em outras ocasiões dado provas de serem capazes de executar obras de grande qualidade", realçando que "o financiamento àquela construção, poderia ser enquadrável em programas de apoio ao investimento, como era o caso do Pro-convergência". ----------

----- Referiram também que como pontos fortes do investimento apresentavam "a possibilidade de criação de valor e incentivo ao pequeno produtor, um ponto de interesse turístico, um ponto de encontro para a comunidade, acesso a produtos frescos e de origem local ou regional e de uma maior variedade dos produtos oferecidos à população, dinamização e fomento da economia local, aproveitamento de espaço em zona histórica", enquanto como pontos fracos citaram "a disponibilidade dos produtos sujeita à produção local regional, podendo existir quebra na oferta devido a factores exógenos, por exemplo o clima ou o número de produtores" referindo ainda que nas oportunidades se destacava "uma tendência recente e notória, na qual se assiste ao regresso das populações à produção própria de bens de subsistência, a inexistência de uma estrutura semelhante na ilha, a criação de postos de trabalho" e "nas ameaças, a possibilidade de entraves em termos de legislação aplicável, burocracia e licenciamentos e a concorrência por parte do sector privado". ----------

----- Terminaram com uma apresentação Multimédia para dar uma ideia daquele que seria o espaço e a instalação do mercado, apresentando um projecto feito à escala, da autoria do Luís Alvernaz, referindo que todo aquele projecto era enquadrável no espaço da "Casa Cunha" que haviam indicado e dado o facto de ser ano de eleições, e, por conseguinte, "um ano especial, em que novamente se decide o futuro do poder local", exortaram os senhores deputados municipais a uma atitude pró-activa, repensando as políticas de investimento e apostando no desenvolvimento sustentável do nosso concelho. ----------

-----Ao usar da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a apresentação feita e perguntou os senhores deputados municipais e nomeadamente ao senhor presidente da câmara se pretendiam fazer alguma intervenção sobre aquele assunto. ----------

-----Depois de lhe ter sido concedida a palavra, o senhor deputado Mark Marques dirigiu-se ao grupo de sete jovens ali presentes felicitando-os pela sua participação cívica e pela forma organizada e clara com que tinham apresentado aquela ideia. Continuando, disse que era uma ideia que já tinha sido falada, mas como tinha sido dito pelo Paulo César quando terminava a sua intervenção, "passemos das palavras aos actos", porque de facto aquela apresentação fora bastante pertinente e tinha havido uma frase que gostaria de citar: - "A crise é mãe da criatividade", pelo que pensava que aquele projecto também viria combater a crise, através da criação de postos de trabalho, do escoamento de produtos frescos de pequenos agricultores. ----------

---- Referiu que aquele projecto merecia todo o carinho e empenho dos deputados municipais do seu grupo referindo que, no que respeitava a entraves em termos de legislação aplicável, burocracia, licenciamentos e concorrência por parte do sector privado, o grupo municipal do PSD dava todo o seu apoio porque como tinha dito o Paulo César era uma coisa simples, mas bonita e prática. Acrescentou que também tinha ficado feliz por ser um grupo de jovens, identificando-se com todos eles por serem da idade da sua filha, e era bom ver a geração que vinha atrás a pensar daquela maneira, dizendo que da parte daquele grupo municipal estavam disponíveis para todo o apoio. ----------

-----Posto isto, usou da palavra o senhor deputado municipal Rui Sequeira que deu os parabéns à equipa de jovens que tinha feito aquele trabalho, achando ser uma ideia que merecia ser acolhida por aquele Município e lembrou que, em dois mil e cinco, quando tinha feito parte de uma lista em conjunto com a Fátima Silveira pelo PS para a Câmara, que aquela era uma das propostas do manifesto deles, referindo que o seu grupo municipal achava boa a ideia, não só pelos produtores que passariam a ver escoamento de alguns produtos mas também para o consumidor que poderia consumir produtos frescos e de qualidade que não encontravam no supermercado, dizendo que possivelmente aquela ideia seria acolhida em todos os manifestos das próximas listas às eleições Autárquicas que se avizinhavam, dizendo que na opinião do seu grupo municipal o projecto tinha pernas para andar e por isso dava os parabéns aos seus autores. ----------

-----Ao usar da palavra, o senhor deputado municipal Luís Silveira, do grupo municipal do CDS-PP felicitou aquele grupo de jovens pela iniciativa, pela forma como tinham apresentado o projecto e, sobretudo, pela coragem de o apresentarem no órgão máximo do concelho que era a Assembleia Municipal parecendo-lhe o lugar certo e próprio para o fazerem. ----------

----- Quanto ao projecto em si disse que, tal como tudo, tinha pontos fracos e pontos fortes, referindo concretamente das ameaças do comércio já existente mas também não era menos verdade que, por outro lado, existia aquela ansiedade e necessidade bem patente pela parte da população do concelho em terem de novo um Mercado Municipal. ----------

----- Continuou dizendo que algumas ameaças passavam pela legislação, mas parecia-lhe que a pior de todas era a legislação nacional onde nem os deputados regionais, nem os municipais, tinham poder de intervenção, referindo-se concretamente a questões de facturação, parecendo-lhe possível de ultrapassar através do cooperativismo e criar uma cooperativa, aliás ela até já existia no concelho das Velas. ----------

----- Relativamente ao investimento havia ali dois problemas, mas que representavam questões de pormenor de fácil ultrapassagem: - o primeiro era que o programa comunitário Pro-Convergência estava a acabar naquele ano e que, iria

haver um quadro comunitário novo que se iniciava no próximo ano, não se sabendo se esse quadro possibilitava ou não fazer aquele tipo de obras; o segundo prendia-se com o facto de, sendo um projecto financiado por fundos comunitários, não poder ser executado pelos elementos ou colaboradores do Município. Concluiu que lhe parecia, no entanto, que havia tudo para o projecto andar, felicitando mais uma vez os jovens que o tinham levado até ali, esperando que aquilo se tornasse uma realidade.

-----Posto isto, usou da palavra a senhora deputada municipal Fátima Silveira, que disse que não queria deixar passar aquela oportunidade sem dar os parabéns àquele grupo de jovens por terem decidido serem pró-activos e que aquela ideia levada até ali poderia ser muito proveitosa agora, uma vez que a câmara iria ter gente nova no exercício do poder esperando que tais pessoas entendessem e apoiassem o projecto.

----- Quanto à dificuldade da legislação e da comercialização dos produtos, deixava o desafio do aproveitamento da cooperativa existente no concelho, cujas instalações haviam sido feitas com dinheiros comunitários. ----------

----- Terminou dizendo que os jovens fossem em frente, porque da sua parte, enquanto fosse deputada municipal, eles teriam todo o seu apoio e, enquanto cidadã, e naquilo que pudesse ajudá-los, eles poderiam contar com ela. ----------

----- Não havendo mais inscrições, passou-se de imediato à fase seguinte do período de "Antes da Ordem do Dia", que se destinava ao ***"tratamento de assuntos gerais de interesse para o município por parte dos deputados municipais"***. ----------

----- O senhor presidente da assembleia solicitou aos senhores deputados municipais que pretendessem usar da palavra naquele período para fazerem o favor de se inscreverem, informando o plenário que, no pleno uso das suas atribuições de deputado municipal e, sobretudo, como presidente da Assembleia Municipal pretendia fazer uma intervenção de política geral, apresentando o seguinte trabalho escrito: ----------

---------- ***Senhor Presidente da Câmara Municipal***

---------- ***Senhoras e senhores deputados municipais***

---------- ***Senhoras e senhores vereadores***

----- Antes de tudo permitam-me emitir um termo de responsabilidade, contar uma história, definir um princípio, fazer um agradecimento e emitir um protesto. --------

----- Assim, e antes de mais, declaro assumir as responsabilidades desta minha intervenção como, atendendo aos contextos, circunstâncias, tempo e espaço, assumo as restantes que produzi ao longo da minha carreira política e profissional, porque fui eu que esta, como as restante, escrevi. ----------

----- A história: ----------

----- Nos tempos revolucionários do PREC e quando a luta na rua pouco ou nada respeitava o poder constituído, o Primeiro-Ministro de então, Pinheiro de Azevedo, ao ser confrontado por aplausos da assistência num dos seus discursos, virou-se para o lado e perguntou: "Em que me enganei?" ----------

----- Moral da história: - **O aplauso dos néscios não legitima as asneiras!** ---------

----- Agora, o princípio: ----------

----- A Constituição define para as autarquias de âmbito concelhio a existência de um órgão executivo e um deliberativo, ambos eleitos por sufrágio directo das populações da área de jurisdição respectiva. ----------

----- Por sua vez, e por força da Lei, compete a esta Assembleia Municipal eleger a sua Mesa e respectivo Presidente e só a esta cabe a sua substituição. ----------

----- Assim, declarações de oportunidade ou utilidade de alteração da composição da Mesa da Assembleia por parte de outros órgãos autárquicos são abusivas na interpretação, pouco democrática na concepção e ilegal na actuação. ----------

----- Foi com essa fundamentação que esta Assembleia Municipal (ou a sua Mesa!) nunca se expressaram quanto à oportunidade ou utilidade da substituição de qualquer membro do executivo camarário, deixando para os respectivos partidos políticos essa intervenção que, pelas notícias oficiais divulgadas há poucas horas, já foi efectuada para o próximo mandato. ----------

----- De seguida, o agradecimento! ----------

----- Na entrevista dada pelo senhor presidente da câmara municipal das Velas após a última sessão desta Assembleia a que eu, por motivos mais do que justificados, não pude estar presente e que os restantes membros da Mesa, por motivos igualmente justificados, também estiveram ausentes, ele disse "é bom mudar a Mesa de tempos a tempos porque há vícios que se criam. Basta ver a hora que se terminou, do que se falou e do que se tratou". ----------

----- Ora, com estas expressões o senhor Presidente da Câmara, declarou que a Mesa da Assembleia ou o seu presidente possuem tão elevada capacidade de liderança ou são tão sábios que influenciam a hora de encerramento das sessões, a variedade das intervenções ou a justeza dos assuntos a tratar. ----------

----- Daí, o nosso obrigado, em nome da Mesa desta Assembleia! ----------

----- Mas, senhor presidente da câmara, um louvor tem sempre um lado negativo porque é selectivo. Isto é, quando se louva alguém ou alguma coisa, o juízo é sempre baseado numa comparação. ----------

----- Ora, se a Mesa da Assembleia possui a capacidade de influenciar os seus membros nos termos expressos pelo senhor presidente da câmara será porque, no lado dos restantes membros da assembleia apenas existem "carneiros" e/ou "artistas que aparecem em todas as assembleias" à semelhança do outro munícipe criticado por exercer o seu inalienável direito de cidadania?!... ----------

----- E para precisar os termos "artista" e "carneiro" cujos significados no contexto não são precisamente os etimológicos ou eruditos, socorri-me do "Dicionário de Calão", de Eduardo Nobre, editado pelas "Publicações Dom Quixote", Lisboa, 1986, que define o termo ***artista*** como aplicado "depreciativamente ao indivíduo inábil" e ***carneiro*** como "pessoa ou pessoas que seguem indiscriminada e irracionalmente as opiniões, directrizes e acções de um líder ou chefe". ----------

----- Daí o meu protesto em nome de todos os elementos desta Assembleia Municipal pelo desprezo e desconsideração com que foram tratados por Vossa Excelência. ----------

----- Isto porque considero que todo e qualquer membro desta Assembleia, independentemente do partido que represente, pela sua formação académica e profissional, pelo seu comportamento respeitoso, pelo contributo dado ao concelho, pelos seus conhecimentos e trabalho prestado, é digno do maior apreço e que todos têm sido autónomos e livres de expressar as suas ideias, opiniões e sugestões em todas as sessões. ----------

----- Portanto, senhor presidente da câmara, o afirmar que a Mesa ou o seu presidente, são influenciadores da duração e dos temas ou assuntos tratados nas

sessões da Assembleia é, na prática, como disse, chamar "carneiros" aos restantes membros deste órgão autárquico. ----------

----- Isto porque cada membro da Mesa tem direito apenas a um voto como qualquer outro deputado municipal! ----------

---------- **Senhor Presidente da Câmara Municipal**

---------- **Senhoras e senhores deputados municipais**

---------- **Senhoras e senhores vereadores**

----- Depois deste quase interlúdio (termo aqui usado na significação e etimologia certas!) passo a outro assunto. ----------

----- A democracia representativa, como alguém já o disse, não sendo o regime político perfeito é, entre todos, o menos mau. ----------

----- Ora, uma das coisas que distingue o regime democrático representativo é a separação de poderes, isto é, a entidade que faz as leis e fiscaliza não é a mesma que executa e a entidade que julga a conformidade é independente de quem faz as leis e de quem as executa. ----------

----- Nessa lógica, tanto o Estado, como as Regiões Autónomas, como ainda as autarquias locais (quer sejam freguesias ou concelhos!) possuem uma assembleia legislativa e fiscalizadora com poderes próprios e o respectivo órgão tutelar ou judicial. ----------

----- Embora na constituição portuguesa, caiba aos partidos políticos, a representatividade quase exclusiva dos cidadãos (são eles que são subvencionados e responsáveis por apresentação de listas para as assembleias nacionais e regionais!), as competências legais das respectivas assembleias são atribuídas genericamente ao conjunto dos deputados sem diferenciação da posição e da oposição. ----------

----- Com efeito, só a lógica partidária é que estabeleceu a quase obrigatoriedade de unanimismo dos elementos de cada grupo e a quase necessidade de concordância absoluta entre executivos e legislativos. ----------

----- Ora, na minha modesta opinião deve haver procura de consenso e concertação de estratégias entre as maiorias de um e outro órgão, sobretudo cabendo à maioria legislativa e fiscalizadora dar as condições adequadas para o exercício cabal das

funções executivas e, por outro lado, não castrando a implementação dos respectivos programas eleitorais. ----------

----- Nesta base podemos verificar concretamente que esta assembleia municipal nunca negou o apoio aos documentos essenciais da Câmara Municipal para a implementação e execução do seu programa eleitoral já que todos os documentos presentes à mesma foram aprovados com uma única excepção: - a norma interpretativa sobre o empréstimo contraído pela Empresa Municipal já que foi também essa a interpretação da DROAP que inclusivamente disse que "os outorgantes [Câmara e Empresa municipais] deverão cumprir as responsabilidades nele [protocolo] assumidas, reflectindo-se anualmente no orçamento da Autarquia as transferências financeiras previstas no mesmo, e durante 21 anos, não se encontrando fundamento para o aditamento de natureza interpretativo ora em análise". ----------

----- Ora, todas as outras propostas que ainda não mereceram deliberação desta Assembleia Municipal devem o facto à sua retirada (sem excepção!) por parte do Executivo Camarário e, por conseguinte, só podem ser agendadas a pedido do mesmo, o que em nenhuma delas aconteceu. ----------

----- Em conclusão, a Assembleia Municipal das Velas não pode, (nem deve!), servir de capa à incapacidade de quaisquer outras entidades ou órgãos em apresentar as propostas conformes com a legislação aplicável e, a par, ao desconhecimento dos seus proponentes da fundamentação daquilo que propõem. ----------

----- O que valoriza ou desvaloriza a actividade e a eficiência parlamentares não é a subtileza ou má fé com que se produzem declarações mas a clareza da fundamentação, a verdade das alegações e a assimilação das convicções. ----------

----- Ora, qualquer destes pressupostos exigem trabalho, estudo e verdade. ---------

----- Concluindo: Esta Assembleia pode vangloriar-se que, sem juristas e economistas que receberam da autarquia centenas de milhares de euros pelos seus pareceres, tomou em todas as suas decisões uma postura colaborante não descuidando a legalidade que por outros foi várias vezes desprestigiada, e jamais inviabilizou qualquer obra ou acção do executivo camarário. ----------

---------- Muito obrigado

-----Posto isto, usou da palavra o senhor deputado municipal Mark Marques que começou por dizer que o assunto que o fazia falar prendia-se com as "tolerâncias de ponto" dadas pelo município, sobretudo, aos administrativos do mesmo que não tinham trabalhado nos dia vinte e quatro e vinte seis. ----------

----- Referiu que sentira muita incompreensão por parte dos munícipes e que achava que eles tinham razão, porque não se estava a falar dos operacionais que tinham trabalhado nas festas de S. Jorge mas sim estava a referir-se à parte administrativa. ----------

----- Prosseguindo disse que havia muita gente que vinha pagar a água, que infelizmente não sabia que podia ser paga nos Correios e na RIAC, achando que tinha sido uma atitude de laxismo, embora o termo fosse forte, porque tinha escutado muita gente a dizer que aquilo era uma vergonha e que, num momento de crise, as entidades públicas tinham de dar o exemplo. ----------

----- Referiu ainda o senhor deputado municipal Mark Marques que o senhor presidente da câmara, havia poucos instantes, já tinha feito o seu discurso de despedida, desmotivando os jovens que tinham levado até ali um projecto interessantíssimo. De facto, prosseguiu o senhor deputado municipal, o senhor presidente da câmara em vez de ter dito que ia colocar o seu empenho nos seis meses que lhe faltavam, disse que não seria ele a implementar o projecto como se, faltando ainda seis meses para terminar o mandato, já estivesse "numa de atirar com a toalha ao chão". ----------

----- Ao voltar a usar da palavra, o senhor presidente da câmara explicou que o município não pagava horas extraordinárias a ninguém pelo que dera tais dispensas de ponto para os compensar dessas horas e em reconhecimento por nunca ter precisado de um trabalhador da câmara que não houvesse prontidão na execução do serviço necessário. ----------

----- Ao voltar a usar da palavra, o senhor deputado municipal Mark Marques disse, que não se deveria misturar "alhos com bugalhos" e que o senhor Presidente da Câmara tinha tentado fulanizar porque ele não tinha falado em nenhum funcionário específico, porque o que ele tinha dito era que os serviços administrativos tinham estado fechados e perguntara se a população não teria o direito de ter os serviços

abertos, porque os de saúde a segurança social e os outros que ele conhecia tinham estado a funcionar. ----------

----- Posto isto, usou da palavra a senhora deputada municipal do PSD Paula Sequeira, que referiu mais uma vez a necessidade de haver uma intervenção nas zonas balneares, antes de começar a época de banhos uma vez que no ano anterior não tinha havido esse apoio nem à Poça dos Frades nem à Preguiça, achando que, com algum tempo, se poderia arranjar alguém interessado na exploração dos respectivos bares, nomeadamente o do Auditório Municipal, que se encontrava fechado havia algum tempo. ----------

----- Continuando disse que também gostava de referir que os barcos estavam a começar as viagens e havia grupos desportivos e culturais na ilha, que não tinham possibilidade económica para intercâmbios nas ilhas mais próximas, achando que não era fácil um grupo arranjar receitas para que houvesse esses intercâmbios, voltou a pedir se fosse possível, que entre as Câmaras das ilhas mais próximas se chegasse a um acordo com a empresa Transmaçor, de modo a que os grupos pudessem participar e abrilhantar as festas das várias ilhas, a um preço mais reduzido. ----------

----- E terminando, fez um alerta sobre as festas de S. Jorge, por ter ficado triste ao olhar para o programa e ver que não se preparar alternativas a eventual mau tempo que podia sempre surgir e, à última da hora e sem a devida publicitação, é que fizeram adaptações que já deveriam anteriormente estar preparadas, referindo que se devia acarinhar os grupos da ilha e da terra e que as autoridades esqueciam um bocadinho as pessoas que levavam o ano inteiro a trabalhar, para mostrarem o que existia na ilha. ----------

-----Voltando a usar da palavra, o senhor presidente da câmara referiu que, em relação às zonas balneares, a câmara tinha de resolver aquele problema, mas que o mar não tinha deixado fazer nada ali, pensando que quando o tempo melhorasse se iria resolver o problema das zonas balneares. ----------

----- Quanto aos bares disse que, na sua opinião, não se podia alugar o bar do Auditório Municipal uma vez que a câmara iria fazer obras lá. -

----- Ainda em resposta à senhora deputada municipal Paula Sequeira, o senhor presidente da câmara disse que os presidentes das câmaras do grupo central já

tinham falado na questão do descontos dos bilhetes de passagem não tendo sido possível essa negociação mas iriam voltar a conversar sobre o assunto. ----------

----- Posto isto, usou da palavra o senhor deputado municipal Rui Sequeira, do grupo municipal do PS, para dizer que, passados quase quatro anos do mandato daquele executivo e quase no seu fim e analisando o que tinha sido feito naquela assembleia, se verificava que, com excepção de um parecer interpretativo em que foi seguida a orientação da DROAP, todas as propostas da câmara apresentadas à assembleia municipal tinham sido aprovadas, salvo aquelas que tinham sido retiradas da votação pela própria câmara. ----------

----- Continuando disse que, apesar disso, ele e outros membros da bancada do PS vinham sendo abordados por vários munícipes que diziam ser uma pena a assembleia não ter deixado trabalhar a Câmara Municipal. ----------

----- Ora, prosseguiu o senhor deputado municipal Rui Sequeira dizendo que para os elementos do seu grupo municipal isso era estranho tendo em conta que tal grupo tinha aprovado tudo o que tinha sido proposto pelo executivo camarário, não havendo muito tempo inclusive que, após uma das noites que ali tinham passado a aprovar tudo o que aquele Executivo lhes tinha apresentado, onde nessas propostas estava incluído o Plano e Orçamento, o senhor presidente da câmara comentou na Comunicação Social que o que mais o preocupava era a bancada da situação e não a da oposição, e assim sendo, solicitava que o senhor presidente da câmara informasse os que estivessem em casa a ouvir o que ali se passava, em que medida e em que forma aquela Assembleia tinha impedido a governação por parte do executivo camarário. --

-----Para responder ao senhor deputado municipal Rui Sequeira, o senhor presidente da câmara usou da palavra e informou que da oposição sempre tinha esperado e esperava que eles tivessem que fazer o seu trabalho, não podendo estar de acordo com tudo, bem como também a bancada da situação não podia nem devia estar sempre de acordo mas estranhava que da parte da situação ninguém se levantava a defender a câmara, acrescentando que lhe tinha ocorrido uma situação de falta de aprovação das propostas para a constituição da Intermunicipal, dizendo que não estava ali para falar dessa coisas e podiam fazer as perguntas que quisessem que, dali para a frente, ele não respondia mais. ----------

----- Usando da palavra, o senhor presidente da assembleia esclareceu que, em relação à constituição da associação intermunicipal, a câmara não tinha feito qualquer proposta de constituição à assembleia como, por lei, estava obrigada a fazer, e apenas tinha enviado um a proposta de Estatuto, cuja apresentação legalmente só se verificaria depois de autorizada a referida constituição. ----------

----- Esclareceu ainda que, a assembleia municipal, na altura, tinha explicado à câmara municipal que, para não atrasar o processo, aceitariam particularmente a proposta de estatutos e que a mesma baixava à Comissão Permanente para análise de forma a que, logo que chegasse o pedido legal de constituição que a lei impunha à câmara, os estatutos da empresa também fossem aprovados. ----------

----- Prosseguiu dizendo que a câmara municipal nunca apresentou a proposta de constituição da associação e, pelo que o senhor presidente da câmara acabara dizer, verificava-se que ele nem tão pouco tinha percebido o que a lei determinava nem que a assembleia pudesse aprovar uma coisa que nunca existiu nem nunca foi deliberado na câmara municipal já que, consultando as actas da câmara, se verificava que a própria câmara nunca tinha aprova a constituição da associação intermunicipal mas apenas tinha aprovado os estatutos de uma associação que ela própria – câmara municipal – não tinha constituído. ----------

----- Referiu ainda que a câmara municipal da Calheta tinha procedido legalmente mas que a das Velas não lhe tinha seguido o exemplo. ----------

----- Posto isto, usou da palavra o senhor deputado municipal Rui Sequeira, que referiu que a proposta de pedido de empréstimo apresentado pela câmara municipal para a construção de pavilhões desportivos em todas as freguesias, a proposta de numeração policial das habitações da Urzelina, a proposta de alteração do objecto da empresa Velas Futuro, foram todas retiradas pela câmara municipal e nunca mais lhe foram presente pelo que, legalmente, a assembleia municipal não podia deliberar sobre as mesmas, concluindo que o senhor presidente da câmara, ao contrário de estar preocupado, deveria era estar reconfortado, ao longo daquele tempo todo, pelos vários alertas, sugestões e recomendações que aquela bancada tinha dado ao Executivo que, no entender da bancada, melhoravam a governação do Concelho e tinham evitado despesas desnecessárias. ----------

-----Depois de lhe ter sido concedida a palavra, a senhora deputada Fátima Silveira disse que, em continuação do que havia sido dito pelo deputado Rui Sequeira, o grupo municipal do PS, ao longo daquele mandato e desde o primeiro dia do mesmo, tinha procurado dar sugestões e emitir opiniões, formando um grupo coeso para ajudar aquele executivo camarário a ter um bom desempenho durante o seu mandato pelo que ela e os seus colegas de bancada ressentiam-se quando o senhor presidente da câmara dizia na rua que não conseguira fazer um bom mandato por não ter tido o grupo municipal seu lado, pelo que era preciso que os Munícipes soubessem que aquilo não era verdade e que o grupo municipal do PS não aceitava ser bode expiatório dos erros que não cometera mas que foram causados pela incompetência e pela ignorância de outros e que lembrava que o Partido Socialista sempre tinha estado contra as Empresas Municipais, quando ela e o doutor Rui Sequeira eram vereadores, e o actual presidente da câmara fazia parte da assembleia municipal. ----------

----- Continuando, a senhora deputada municipal Fátima Silveira disse ainda que, que quando tinham feito o seu reparo relativamente às empresas municipais e tinham vindo os senhores doutores Carlos Farinha e Hélder Fialho, a pedido do executivo camarário, explicar-lhes a razão porque deveria ser feita a reactivação das empresas tendo-o os confrontado com a impossibilidade de a câmara por si elaborar as candidaturas aos fundo comunitários porque o município não as tinha feito atempadamente, e uma vez que não queriam ser acusados das candidaturas não serem feitas por culpa do grupo municipal do PS, este não se levantou a defender o executivo mas, como noutras ocasiões, deu o seu voto positivo para que a câmara municipal tivesse os meios adequados ao exercício do seu mandato. ----------

----- O senhor presidente da câmara, respondendo à senhora deputada municipal Fátima Silveira, disse que a acção da câmara nas empresas municipais tinha apenas tido como objectivo a manutenção dos postos de trabalho das pessoas que prestavam serviço nas Empresas Municipais e, tal como os senhores deputados iriam constatar em breve, esses funcionários iriam ser transferidos para o município, continuando assim a ser funcionários e a terem o seu ordenado ao fim do mês para poderem alimentar as suas famílias. ----------

----- O senhor presidente da assembleia relembrou o senhor presidente da câmara municipal que, logo no início do mandato, tinha apresentado mais que uma solução para as empresas municipais e que, todas elas, garantiam os postos de trabalho de uma forma mais perene do que agora, porque na altura podiam ter ingressado no quadro da câmara e que, naquele momento, os funcionários das empresas apenas tinham garantido, no máximo, um ano e meio de trabalho porque, depois, dentro desse prazo teriam de se candidatar ao lugar juntamente com outros hipotéticos concorrentes que estivessem em mobilidade. ----------

-----Posto isto, usou da palavra o senhor deputado municipal Luís Silveira, dizendo que antes de colocar algumas questões ao senhor presidente da câmara gostaria de referir que, ao contrário do que o senhor presidente da câmara pretendia justificar, os cidadãos daquele concelho só tiveram oportunidade de acesso aos serviços municipais num único dia de toda a semana, sendo aquela situação idêntica à postura usada pelo município no mês de Dezembro passado, na semana do Natal e, prosseguindo, disse que, para além de ser um desrespeito para com qualquer cidadão que trabalhava naquele concelho, era incorrecto para os cidadãos em geral porque muitos deles necessitaram dos serviços municipais. ----------

----- Continuando disse que gostaria que o senhor presidente da câmara explicasse àquela assembleia a razão ser da carta que filarmónica de Santo Amaro tinha enviado porque tanto quanto percebia o município tinha oferecido à Filarmónica de Santo Amaro, e depreendia que o tivesse sido às restantes sete filarmónicas que estavam no activo no concelho, cento e cinquenta euros para fazerem duas tocatas, na procissão de S. Jorge e no desfile de 25 de Abril, deduzindo-se que o município tinha oferecido a cada filarmónica setenta e cinco euros por cada actuação. ----------

----- Prosseguindo, disse que se o senhor Presidente viesse a confirmar que o seu raciocínio estava correcto, não se admirava do que na carta vinha escrito, achando ser falta de respeito pelas filarmónicas a quantia oferecida pelo município que não dava nada àquelas Sociedades Filarmónicas, alegando não ter capacidade financeira para o fazer. ----------

----- Referiu ainda que o desrespeito pelas instituições do concelho se tinha também verificado na ausência do presidente da câmara e qualquer senhor vereador na

actuação de um grupo coral da nossa terra na Igreja Matriz das Velas, enquanto tinham estado todos num evento da Adeliaçor no restaurante Basalto. ----------

----- Continuando disse, que em relação ao primeiro assunto perguntava se as três filarmónicas que tinham desfilado, quer no dia 25 de Abril, quer na procissão do Senhor S. Jorge, isto era, a Nova Aliança, a Lusitânia e a Filarmónica de Rosais, quanto iriam receber, querendo que o senhor presidente da câmara confirmasse àquela assembleia quanto tinha a câmara municipal pago por cada actuação das citadas filarmónicas. ----------

----- Referindo-se ao centro de processamento de resíduos, disse que o senhor presidente da câmara tinha informado aquela assembleia, havia um ano atrás, que o município estava em condições de avançar que a recolha selectiva iria iniciar-se no dia 23, dia de S. Jorge. Depois, alegando a conveniência do seu início ser em toda a ilha, anunciou o dia 25 de Abril de 2012, pelo que, passados agora os dias 23 e 25 de Abril de 2013, e constatando que o centro de processamento de resíduos já estava pronto e já tinha sido adjudicado para exploração a uma empresa que não era a intermunicipal, pelo que gostava de saber o ponto de situação, bem como a solução encontrada para as pessoas que normalmente iam depositar sobras dos seus quintais, entulhos, animais que morriam, etc., perguntando se essas pessoas também teriam ir à Calheta depositá-los, ou se haveria um centro de recolha no concelho e o município por sua vez os faria lá chegar. ----------

----- O senhor deputado municipal Luís Silveira perguntou também ao senhor presidente da câmara se tinha conhecimento, enquanto Presidente da ADPSJ, se a Escola Profissional tinha recebido indicações para despedir pessoas e colaboradores no fim daquele ano lectivo, uma vez que à partida só haveria trinta cursos profissionais para toda a Região permitidos pelo próximo Fundo de Coesão e que sabia já terem sido dados a Escola Profissional de S. Jorge dois cursos desses trinta referidos, e atendendo que a sustentabilidade das escolas era actualmente muito difícil, perguntou ainda se o senhor presidente da câmara estaria a acompanhar aquela situação e se podia confirmar a viabilidade para uma escola com apenas dois cursos e se isso implicaria o despedimento de recursos humanos da mesma, já no fim daquele ano lectivo. ----------

----- Para terminar disse que, de facto, se estivesse na bancada do PS sentir-se-ia muito desconfortável em defender o executivo, porque gostaria que o senhor presidente da câmara lhe dissesse qual tinha sido a obra que, em três anos e meio daquele executivo, tivesse sido começada e acabada, porque todas aquelas que lhe vinham à memória ao longo daqueles três anos e meio não estavam concluídas. --------

----- Usou da palavra o senhor presidente da câmara para responder ao senhor deputado Luís Silveira, dizendo que começava pela última questão e referiu que a câmara municipal tinha terminado a obra no caminho que ligava a Cooperativa da Beira à de Santo Amaro e a Avenida da Conceição. Referiu o campo de Futebol da Urzelina já estava pronto e inaugurado, o Caminho de S. Pedro, dizendo que se pensasse com calma ainda iria encontrar mais, como o tecto do Município. -------

----- Relativamente à Escola Profissional referiu que ela, de facto, apenas iria leccionar dois cursos mas que estava a pensar em outras formas de não despedir ninguém e que o seu compromisso enquanto Presidente de Câmara era que até ao fim do seu mandato, se as coisas não lhe corressem mal, não iria ter a necessidade de despedir ninguém, nem da Escola Profissional nem da Câmara Municipal, nem das Empresas Municipais, nem de nada que se relacionasse com o Município, achando que aquilo era obra que também era importante dizer. ----------

----- Referiu ainda que, apesar das dificuldades havidas, a Escola Profissional era, naquele momento, escola de referência na Região e administrava cursos que outras escolas não tinham.

----- Continuando, disse que a câmara já podia estar a fazer a recolha selectiva não o tendo feito porque a Sociedade Ponto Verde não queria só a Câmara das Velas a fazê-lo, pelo que o não tinha iniciado por respeito pelos amigos da Calheta, que viviam em S. Jorge e necessitavam disso mas que ia arrancar e esperava que ainda antes do fim do mandato por ter sido um compromisso eleitoral. ----------

----- Quanto às filarmónicas do concelho, não ia fazer comentários em relação à filarmónica de Santo Amaro nem às outras, mas a verdade é que a câmara não tinha pedido orçamentos às filarmónicas mas feito convite às mesmas para incorporarem-se na procissão de S. Jorge e informando-as que só seria possível dar cento e cinquenta euros para eles custearem o gasóleo. ----------

----- Quanto à filarmónica de Santo Amaro, o senhor presidente da câmara disse que não ia fazer comentários por ela estar no seu direito de não vir. ----------

----- Voltou a usar da palavra o senhor deputado municipal Luís Silveira que informou o senhor presidente da câmara que não faltara apenas a filarmónica de Santo Amaro mas que também não tinham vindo as filarmónicas da Urzelina, dos Terreiros e do Norte Grande, referindo que, no entanto, a questão que tinha colocado ao senhor presidente da câmara respeitava ao valor pago às filarmónicas, sendo que o senhor presidente da câmara tinha dito que era possível arranjar outro valor. ----------

----- Prosseguindo, referiu que o senhor presidente da câmara falava na Sociedade Ponto Verde quando a exploração do centro de processamento tinha sido entregue à empresa Norma Açores Ambiente. ----------

----- Lembrou também ao senhor presidente da câmara que o senhor vereador Amaro Filipe, na reunião que Conselho de Ilha tinha tido questionara o senhor Secretário Regional dos Recursos Naturais, que tinha a tutela do Ambiente, de como se ia proceder a recolha selectiva porque a Câmara das Velas e até a da Calheta não tinham condições para avançar com a mesma e que isso era opinião diferente da que o senhor presidente da câmara tinha acabado de dizer porque agora dissera que a câmara municipal iria avançar com a recolha selectiva ainda naquele ano pelo que, havendo ali uma grande contradição em relação aquela matéria, perguntou o que se passava. ----------

----- Recordou também que, como o senhor presidente da câmara deveria já saber, a União Europeia impunha que sessenta por cento dos resíduos realizados em cada concelho teriam de ser recolhidos em recolha selectiva e que o incumprimento dessas normas podiam pôr em causa as verbas provenientes do próximo quadro comunitário de apoio, expressando a preocupação de eventual obstrução aos fundos a provir do próximo quadro comunitário de apoio a partir do próximo ano. ----------

----- Quanto à Escola Profissional disse ter, de certa forma, ficado satisfeito com a resposta do senhor presidente da câmara mas não o reconfortando no entanto o facto do senhor presidente dizer que até ao fim do seu mandato não iria ser ninguém despedido quando, precisamente, o fim do mesmo mandato era coincidente com o

início do novo ano lectivo, pelo que o complemento da resposta do senhor presidente dizendo que a Escola Profissional tinha muita qualidade mas que nada garantia de concreto. ----------

----- Finalmente, o senhor deputado municipal Luís Silveira, referiu que as obras que o senhor presidente da câmara havia referido não estavam concluída, tendo enumerado o que faltava em cada uma delas. ----------

----- Posto isto, usou da palavra a senhora vereadora Isabel Teixeira para se referir que ela, como vereadora e como munícipe daquele concelho, fazia sempre questão de estar presente em todas as actividades e se não fora ao citado evento fora apenas por motivos pessoais ponderosos. ----------

----- De seguida, o senhor deputado municipal Carlos Jorge Silveira disse que todas as filarmónicas e grupos que tinham desfilado nas festas de S. Jorge poderiam receber os valores acordados com a Câmara Municipal a partir do dia seguinte uma vez que os cheques estavam disponíveis. ----------

----- Quanto aos valores ele disse que "o segredo era a alma do negócio" e referiu que a filarmónica de Santo Amaro, que andava com cartas dirigidas ao senhor presidente da câmara e ao presidente da assembleia, não pôde vir mas fora por questões logísticas. ----------

----- Reforçando, repetiu que "o segredo era a alma do negócio" quando se negociava determinados valores. ----------

----- Ao usar da palavra, o senhor Presidente da Assembleia disse, que iam retomar o fio da meada em termos de intervenções gerais daquele período, porque o senhor deputado municipal Carlos Silveira tinha falado em qualidade diferente daquela que estava investido naquela assembleia mas que quando algum senhor deputado pedia a palavra o presidente não sabia antecipadamente o assunto a tratar e que, de qualquer forma os esclarecimentos prestados pelo se deputado municipal Carlos Jorge, tinham sido focalizados para o assunto em debate, dando a palavra à senhora deputada municipal Ana Pereira. ----------

----- Esta, ao usar da palavra, referiu as taxas das touradas e, concretamente, a redução das mesmas para casos específicos como havia sido aprovado na Assembleia

Municipal, perguntando ao senhor presidente da câmara se já tinha tomado alguma decisão, uma vez que ia começar na época das touradas à corda. ----------

-----Posto isto, o senhor presidente da câmara para respondeu à senhora deputada Ana Pereira que a câmara já tinha falado sobre aquele assunto mas que não tinha chegado a nenhuma conclusão. ----------

-----Posto isto, foi concedida a palavra ao senhor deputado municipal Paulo Silveira que começou por aconselhar alguma contenção sobre alguns assuntos de extrema importância para o concelho, nomeadamente a Escola Profissional, e que houvesse algum decoro sobre aquele assunto. ----------

----- Continuando disse que, como o senhor deputado municipal Luís Silveira tinha dito, também gostava de perguntar ao senhor presidente da câmara sobre algumas obras na freguesia que tinham parado completamente, como o Caminho dos Cavalos, a Casa Cunha, o Parque Industrial, quando se iriam reiniciar caso fossem para recomeçar, deixando também um alerta para os inertes de Entre-os-Morros e da rua Dr. Duarte de Sá. ----------

----- Em resposta, o senhor presidente da câmara disse que o Caminho dos Cavalos e a Casa Cunha iriam recomeçar brevemente e, quanto aos inertes, acreditava que eles não iriam estar no local por muito mais tempo.

----- O senhor deputado municipal Luís Silveira, depois de ter pedido a palavra, voltou a intervir dizendo que não tinha questionado o senhor deputado municipal Carlos Jorge mas de qualquer forma agradecia a sua resposta e a do senhor presidente em relação às filarmónicas, não concordando no entanto com as mesmas. Referiu que quanto "ao segredo ser a alma do negócio", achava que o Município não precisava de ter a sua alma condenada ao ponto de ter segredo com as diversas instituições do concelho que, para ele, eram todas iguais e o critério a aplicar pela câmara deveria ser de igualdade e não de negócio. Acrescentou que tinha questionado naquele lugar por achar que aquele era o lugar próprio para o fazer, sabendo no entanto quanto tinha sido pago a cada uma das instituições que tinham estado nas festas de S. Jorge, uma vez que tinha tido a preocupação de falar com as três, condenando veemente a forma como tinha sido conduzido o processo e a forma como se tinha prejudicado uns em favorecimento de outros. Acrescentou ainda que

concordava que o segredo fosse a alma do negócio quando fosse um negócio privado, mas na causa pública não havia "negócios" porque tinha de haver tratamento de igualdade e de critérios limpos, objectivos e transparentes, e isso não tinha acontecido no caso a que se referira. ----------

----- O senhor deputado municipal Carlos Jorge, voltou a usar da palavra, para responder ao senhor deputado Luís Silveira que tinha havido igualdade e que o podia afirmar, ao que o senhor deputado municipal Luís Silveira respondeu que o desafiava na qualidade de Presidente da Associação Cultural, uma vez que pensava que era nessa qualidade que ele se estava a referir, a dizer publicamente quanto tinha recebido cada uma das filarmónicas, achando que deveria haver transparência depois de ele ter dito que tinha havido igualdade, não tendo o senhor deputado municipal Carlos Jorge respondido ao desafio. ----------

-----Posto isto, foi concedida a palavra ao senhor presidente da Junta de Freguesia do Norte Grande, senhor deputado municipal Dário Almada, que disse que a Filarmónica do Norte Grande no ano anterior tinha vindo actuar por um preço e que, depois, tinha sabido que a filarmónica Nova Aliança, das Velas, tinha recebido três ou quatro vezes mais do que aquela, pelo que desta forma não via quem das freguesias rurais pudesse vir actuar às festas das Velas. ----------

-----Ao voltar a usar da palavra e uma vez que não havia mais intervenções, o senhor presidente da assembleia deu por encerrado este período destinado às mesmas e anunciou que entretanto tinha recebido do Grupo Municipal do PSD, um voto de congratulação, pedindo ao senhor secretário para o ler. ----------

---------- **Voto de Congratulação** ----------

----- O Reverendíssimo padre monsenhor José Adelino Bettencourt, natural da Beira freguesia das Velas, nasceu em vinte e três de Maio de 1962, no hospital concelhio das Velas e foi baptizado na Matriz de São Jorge a vinte e sete de Maio de 1962. ----------

----- Emigrou na década de oitenta, com a família, para o Canadá, onde se radicou na cidade de Ottawa. ----------

----- Sentindo-se atraído para o sacerdócio, decide-se ingressar no seminário local, onde concluiu com alta qualificação, o curso filosófico e teológico. ----------

----- É ordenado presbítero na capital de Ottawa, no dia vinte e nove de Maio de 1993, celebrando a sua primeira missa na igreja portuguesa de Santo Cristo no dia trinta do mesmo mês. ----------

----- Desejando rever as suas raízes viaja até S. Jorge, onde na Matriz das Velas celebra a sua segunda Missa Nova a vinte e sete de Junho de 1993. ---------

----- Revelando dotes excepcionais, é convidado pelo Arcebispo de Ottawa para Roma onde na Universidade Gregoriana faz o doutoramento em Direito Canónico. ----------

----- Mais tarde ingressa na Academia Pontifícia que prepara os diplomatas da Santa Sé, e se licencia na especialidade. ----------

----- É indigitado para prestar serviços diplomáticos na Nunciatura Apostólica de Kinshasa do Congo, na qualidade de secretário. ----------

----- Em Novembro de 2012, foi nomeado Chefe de Protocolo da Secretaria do Estado do Vaticano. ----------

----- O grupo municipal do PSD, apresenta um voto de congratulação pelo facto deste ilustre jorgense, hoje agraciado por Sua Excelência, o Presidente da República Portuguesa, com a comenda da Ordem Militar de Cristo, ocupar um cargo numa Santa Sé milenar, de uma grande responsabilidade, visto que o protocolo é o instrumento da maior importância na política externa e na diplomacia e dá solenidade aos actos. ----------

----- Este voto deve ser dado conhecimento ao agraciado. Velas, vinte e nove de Abril de 2013 ".----------

----- Não tendo havido inscrições, o voto foi posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e, posto isso, o senhor presidente da assembleia comunicou um intervalo para depois se continuar referindo que muito provavelmente aquela sessão não acabaria naquele dia e que, chegados à meia-noite, sem acabar a análise e votação de todos os pontos da ordem do dia e não houvesse mais nenhuma deliberação em contrário, votada naquela Assembleia, ele terminaria aquela reunião e marcaria uma próxima reunião daquela mesma sessão para a quinta-feira, dia dois de Maio, uma vez que algumas juntas de freguesia tinham reuniões marcadas que tinham também de serem efectuadas até o fim do mês de Abril. ----------

----- Nesse sentido propôs que a seguir ao intervalo e quando se passasse ao período da ordem do dia, fosse deliberada uma alteração na ordem dos trabalhos de forma que o ponto dois (**Análise do Relatório sobre a informação anual enviado ao Presidente da Assembleia Municipal pela UHY & Associados, SROC, Lda - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas /Execução Orçamental a 16 de Abril de 2013**) passe para número quatro e o ponto três (**Prestação das contas do ano de 2012, incluindo apreciação das contas das empresas municipais e consolidação das mesmas**) passe para número dois mantendo-se os restantes pontos na ordem apresentada na convocatória, anunciando que, como habitualmente nas reuniões de muita longa duração, seria servido um lanche aos senhores deputados municipais e a demais pessoas presentes. ----------

----- Entretanto o senhor deputado municipal Luís Silveira pedido a palavra para interpelar a Mesa no sentido de saber se naquela reunião que decorria se haveria ou não período de antes da ordem do dia para os Presidentes de Junta e se seria a seguir ao intervalo, ao que o senhor presidente da assembleia respondeu que iria haver tal período imediatamente a seguir ao intervalo, referindo que o intervalo terminaria às dez e um quarto. ----------

-----De volta aos trabalhos, o senhor presidente da assembleia anunciou a abertura do **período para intervenções dos Presidentes das Juntas de Freguesia que pretendam utilizá-lo sobre assuntos considerados de interesse para as respectivas freguesias,** solicitando, para garantia da participação de todos os senhores presidentes das juntas de freguesia que quisessem utilizá-lo, a inscrição dos senhores representantes das freguesias, dando a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia das Velas, senhor Paulo Silveira. ----------

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia das Velas começou por agradecer a todos aqueles que na comunidade do lugar da Beira se tinham envolvido numa onda de solidariedade para com as famílias que tinham tido as suas casas inundadas, deixando também um agradecimento da parte da Junta de Freguesia das Velas ao senhor Manuel Azevedo que, como sempre, esteve disponível com o seu tractor e aos Bombeiros pela sua colaboração e auxílio prontos. ----------

----- Continuando, disse que gostava de perguntar ao senhor presidente da câmara quando iria haver dinheiro para as freguesias e corroborar as preocupações demonstradas pelo vandalismo que estava a surgir um pouco por toda a parte. -------

----- Posto isto, o senhor presidente da câmara disse que aquele órgão autárquico estaria disponível para colaborar e que ao usar da palavra disse, que relativamente à chuva que tinha vindo com muita velocidade e que tinha tido uma comunicação do senhor presidente do Governo no dia das chuvadas dizendo que o governo regional também estava disponível a colaborar. ----------

----- O senhor presidente da junta de freguesia das Velas, tomando de novo a palavra, questionou o senhor presidente da câmara sobre a data para a assinatura dos protocolos daquela entidade com as juntas de freguesia para delegação de competências. ----------

----- O senhor presidente da câmara disse que seria o mais rapidamente possível. ---

----- Concedida a palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rosais, senhor deputado municipal Luís Silveira disse referiu as verbas que estavam no plano e orçamento do município para as juntas de freguesia e a calendarização da sua entrega porque em reunião das juntas de freguesia com o senhor presidente da câmara municipal tinha ficado acordado que se efectuaria uma transferência de doze mil euros em Março, igual quantia em Junho e outro tanto no mês de Setembro mas, no entanto, ainda não tinham recebido qualquer transferência, embora tivessem tido comunicação da câmara que um protocolo de dez mil euros, que tinha sido já estabelecido, estava disponível em breve, perguntando quando as juntas de freguesia poderiam fazer um novo protocolo e agilizar o calendário acordado com o senhor presidente da câmara relativamente aos seis mil euros que estavam orçamentados em despesas correntes para delegação de competências. ----------

----- Prosseguindo disse ainda, que gostava de colocar de novo a questão da obra da Serroa porque aquela empreitada nunca tinha sido concluída. ----------

----- De seguida o senhor presidente da junta da freguesia dos Rosais perguntou ao senhor presidente da câmara para quando as pavimentações das canadas de Rosais que, segundo o senhor vereador Amaro Filipe, já estavam adjudicadas à empresa Tecnovia Açores, devendo tais canadas sido pavimentadas até final de

Dezembro e que já estavam a entrar no mês de Maio e ainda não se vislumbrava o início daqueles trabalhos. ----------

----- Por último, relativamente às fortes chuvadas que se tinham feito sentir, agradeceu e reconheceu o empenho que tinha havido pelos Bombeiros Voluntários das Velas, que desde a primeira hora tinham estado no terreno fazendo um trabalho extraordinário, bem como ao senhor presidente do Governo Regional que tinha tido a amabilidade de lhe telefonar, mostrando total disponibilidade para colaborar com a Freguesia, mas também não era menos verdade que o senhor presidente da câmara sabia o ponto da situação porque já vinha a enviar correspondência à câmara municipal havia mais de um ano, acrescentando que havia uma grande necessidade de intervenção que teria de ser feita com urgência, sob pena de haver prejuízos mais gravosos se voltasse a vir chuvadas daquela dimensão e, nesse contexto, sugeriu ao senhor presidente da câmara para diligenciar uma reunião entre a junta de freguesia dos Rosais, o município das Velas, a Acção Social, os Serviços de Ambiente de Ilha, os Serviços Florestais e os Serviços Agrícolas para todos eles conversarem, fazerem o ponto de situação dos estragos causados e cada um assumir a sua responsabilidade. ----------

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse que tinha realmente consciência do problema, inclusivamente já tinha pedido um orçamento a uma empresa local para atalhar todos aqueles problemas que eram mais prementes e que o referido orçamento era no valor de vinte e cinco mil euros para resolução dos problemas mais prementes.

----- Quanto às canadas e ao asfalto dos Rosais respondeu que a câmara estava a terminar as asfaltagens do primeiro pacote de candidatura aos fundos comunitários mas que rapidamente chegariam a Rosais. ----------

----- Quanto à Serrôa disse que tinha acontecido o que a câmara não esperava mas que iria resolver. ----------

-----Voltando a usar da palavra o senhor presidente da Junta de Freguesia dos Rosais referiu disse que o valor referido pelo senhor presidente para acudir às obras que deviam ser reconstruídas era uma parte muito pequenina do problema porque

para aquilo que era preciso ser feito, os valores deveriam ser astronómicos não tendo dúvidas que seriam de muitas dezenas de milhares de euros acima daquilo. ----------

----- O senhor presidente da câmara retomou a palavra para dizer que, relativamente à sugestão da reunião, iria tratar disso rapidamente e que quanto ao orçamento só queria esclarecer que o mesmo se referia apenas ao Caminho de Cima dos Rosais. ----------

----- Posto isto, foi dada a palavra ao senhor presidente da junta de freguesia da Urzelina que, depois de dizer que na devida altura se tinha congratulado com a Câmara pela obra do campo de jogos da Urzelina porque o projecto, mesmo faltando algumas miudezas como em tudo sempre faltava qualquer coisa, estava concluído, lembrou o senhor presidente da câmara da necessidade da conclusão do Caminho do Porto porque o Verão se estava a aproximar e como o senhor presidente da câmara sabia, a Urzelina era uma freguesia virada para o turismo e aqueles dois ou três meses de verão eram muito bem aproveitados na freguesia. ----------

----- Continuando disse que um senhor tinha ido falar com ele por causa do arraial do Espírito Santo que se realizava no Canto porque na rua adjacente existia uma sobra de terreno que no referido arraial as pessoas a utilizavam como urinol. ---------

----- O senhor presidente da câmara disse que, relativamente ao arraial do Canto, já tinha falado com a proprietária e estava a tentar resolver o problema e quanto ao Caminho do porto ia ter em atenção para que o arranque da obra fosse antes do verão.

----- Posto isto, o senhor presidente da assembleia disse que, não havendo mais nenhuma intervenção, havia terminado o período antes da ordem do dia e que antes de passarem ao período da ordem do dia comunicava que o senhor presidente da câmara haver enviado um ofício, como já havia sido referido anteriormente, solicitando que todas as propostas daquela reunião da Assembleia fossem aprovadas em minuta, o qual ele colocava à discussão e, depois, à votação. ----------

----- Ora, não havendo intervenções, passou-se à votação que todas as propostas deliberadas naquela reunião da Assembleia fossem aprovadas em minuta, verificando-se que a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------

----- Verificada a votação o senhor presidente da assembleia informou que seriam feitas certidões das votações daquelas mesmas propostas, para serem entregues na Câmara Municipal o mais cedo possível, o que habitualmente seria no dia seguinte.

----- O senhor presidente da assembleia informou o plenário que, ao contrário do que tinha dito antes, e depois de ter falado com os representantes dos três grupos municipais, que de imediato se passaria a analisar os dois pontos da ordem de trabalhos relacionados, respectivamente, com as contas do ano de 2012 e com a aplicação dos seus resultados, seguindo depois a ordem normal dos restantes pontos, conforme estava na convocatória. ----------

----- Sobre esta proposta foi aberta a discussão e não se ter verificando qualquer intervenção, passou-se à votação tendo a proposta de alteração da ordem dos trabalhos prevista na convocatória sido aprovada por unanimidade, pelo que o senhor presidente da assembleia disse que se passava a discutir como primeiro ponto da ordem dos trabalhos, a **"Prestação das contas do ano de 2012, incluindo apreciação das contas das empresas municipais e consolidação das mesmas"**, tendo o senhor presidente da assembleia municipal começado por referir que, dada a escassez de tempo devido aos festejos da semana transacta, nomeadamente a dispensa de ponto aos funcionários da câmara municipal e respectivo encerramento dos serviços municipais desde o dia 22 do corrente até ao dia de hoje, não mandara tais documentos, como era usual, à consideração da Comissão Permanente, até porque verificara que a metodologia aplicada fora idêntica aos anos anteriores pelo que se remetia a atenção da câmara municipal e dos senhores deputados para muitas das sugestões e constatações verificadas em anteriores relatórios, pelo que deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimento sobre as opções políticas que enformaram a execução do orçamento de 2012 que, por sua vez, deram origem aos resultados agora apresentados, referindo que naturalmente a intervenção do senhor presidente da câmara municipal teria a ver com as referidas opções políticas já que, tecnicamente, a Conta de Gerência se encontrava adequada à legislação que regulava a sua elaboração e apresentação. ----------

----- O senhor presidente da câmara disse então que as contas do ano de 2012, eram claras, que já tinham sido aprovadas em Assembleia Municipal havendo de facto

apenas a consolidação das contas das empresas, havendo de facto umas modificações que tinham sido introduzidas e que tinham a ver com o dinheiro que no ano anterior não tinha sido gasto na totalidade pelo que se abrira algumas rubricas novas e que de facto algum daquele dinheiro tinha sido distribuído para a Semana Cultural e para outras rubricas e que, portanto, aquele documento era o que ali estava. ----------

----- Perante esta insólita apresentação, o senhor presidente da assembleia interrompeu a apresentação para perguntar ao senhor presidente da câmara se, acaso, ele não estaria a fazer qualquer confusãozita porque o plenário da assembleia, como acabara de anunciar, estava a analisar as contas de 2012, que ainda não tinham sido aprovadas pela Assembleia Municipal porque naquele momento é que as estavam a discutir, e que, quanto à questão da Semana Cultural, ele pensava que era assunto para a revisão orçamental, que era outro ponto da ordem de trabalhos que teria também o seu espaço e tempo próprios naquela sessão. ----------

----- O senhor presidente da câmara anuiu que o senhor presidente da assembleia municipal estava correcto e que o relatório da auditoria das contas dizia que estava tudo nos conformes, não havendo motivo para desconfiança em relação a nada. -------

-----Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia informou, que estava aberta a discussão das contas para 2012, incluindo as contas das empresas municipais, e a sua consolidação, dizendo ao senhor deputado Mark Marques, depois de este o ter interrogado por causa daquela confusa intervenção do senhor presidente da câmara, que estavam a analisar o ponto três da convocatória que, após votação unânime do plenário da assembleia, tinha passado para o ponto número um da ordem dos trabalhos.

----- O senhor presidente da assembleia comunicou que pretendia tecer algumas considerações sobre os resultados da Conta de gerência tendo dito que, da análise àquela conta verificara que tecnicamente ela estava conforme a legislação aplicável muito embora o património do município ainda fosse apresentado de forma incipiente e, mais uma vez, o "município não reflecte nos seus fundos próprios o valor correspondente ao definido no contrato-programa 29/2007 com a empresa municipal", aliás como aquela assembleia municipal tinha vindo sempre a defender. -

----- Por sua vez, da sua análise política, verificava que durante o mandato, já incluindo as previsões orçamentais para 2013, o Executivo Camarário tinha disposto de doze milhões, cento e noventa e seis mil e quatrocentos e quatro euros para investimento, dos quais haviam sido dispendidos ao longo do mandato cerca de dois milhões, quinhentos e cinquenta e três mil e setecentos e setenta e quatro euros no pagamento de dívidas a fornecedores existentes no início deste mandato; dois milhões, seiscentos e um mil, trezentos e oitenta e oito euros e vinte e três cêntimos em a amortizações e juros da dívida pública em igual período, tendo a redução do valor dos empréstimos durante o mandato sido de um milhão novecentos e setenta e seis mil e trezentos e setenta de dois euros, ou seja, uma diminuição de cerca de quarenta e sete por cento. ----------

----- Continuando, afirmou que tal diminuição da dívida se deveu, por um lado, à diminuição do investimento municipal através da canalização das despesas de capital para o pagamento de fornecedores e para a amortização e juros da dívida bancária e, por outro, pela desistência da câmara municipal em ter contraído um empréstimo de cerca de dois milhões e meio de euros para a construção de polidesportivos em todas as freguesias do concelho. ----------

----- Continuando a sua intervenção, o senhor presidente da assembleia municipal disse que, se fossem acrescentados a esses valores as quantias transferidas para as empresas municipais e para a escola profissional para pagamento de compromissos assumidos com o serviço das respectivas dívidas, no total de um milhão quatrocentos e oitenta e cinco mil novecentos e noventa e quatro euros, verificar-se-ia que no mandato fora aplicado ao serviço da dívida o valor global de seis milhões, seiscentos e quarenta e um mil, cento e cinquenta e seis euros e vinte e três cêntimos, ou seja, cerca de cinquenta e quatro e meio por cento da totalidade das verbas que haviam sido destinadas a despesas de capital durante o mandato. ----------

----- Disse ainda que, acrescentando o valor das transferências para as Juntas de Freguesia, na quantia de setecentos e vinte mil euros, se verificava que as disponibilidades de investimento directo da Câmara Municipal durante o mandato tinham ascendido a quatro milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, duzentos e

quarenta e sete euros e setenta e sete cêntimos, ou seja, cerca de quarenta por cento da verba global do mandato. ----------

----- Referiu, então, que a assembleia municipal, sem mais explicações do executivo camarário, encontrava justificação cabal para o dispêndio de cinquenta e quatro e meio por cento despesas de capital pelo que necessitaria apenas de ser justificado o dispêndio anual de cerca de um milhão, duzentos e oito mil, oitocentos e onze euros e noventa e quatro cêntimos que deveriam ter sido investidos em obras concretas e a sua correspondência com as obras da responsabilidade deste executivo que já haviam sido executadas ou propostas a execução. ----------

----- Passando para a análise das despesas correntes, o senhor presidente da assembleia disse que verificara que durante o mandato, incluindo as estimativas para o ano de 2013, tinham sido dispendidos onze milhões, novecentos e quatro mil, seiscentos e sessenta e oito euros e vinte e nove cêntimos, enquanto o somatório de todas as despesas com pessoal ascendera, no mesmo período, a cerca de seis milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quinhentos e seis euros e setenta e sete cêntimos, ou seja, cinquenta e quatro e meio por cento das despesas correntes. ----------

----- Referiu que, após o abatimento de todas as despesas com pessoal, haviam sido gastos em despesas correntes a quantia de cinco milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, cento sessenta e um euros e cinquenta e dois cêntimos, referindo ainda que, daquela verba, foram dispendidos um milhão, dois mil, duzentos e trinta e cinco euros e noventa e nove cêntimos em trabalhos especializados, sendo parte significativa desta verba dispendida em pareceres e consultadoria, incluindo elaboração de orçamentos e elaboração de quadros de pessoal. ----------

----- Referiu também que se podia verificar que falhara completamente a aposta no abastecimento de água já que dos dois milhões, setecentos e setenta e oito mil e oitocentos e setenta e seis euros previstos para o período de 2010/2013, apenas se despendera cerca de quinhentos e noventa e cinco mil, oitocentos e trinta euros e vinte e quatro cêntimos, ou seja, cerca de vinte e um por cento. ----------

----- Ainda nessa área referiu que a grande prioridade no abastecimento de água anunciada para os anos de 2012/2013, com uma dotação definida e a definir de cerca de dois milhões e trezentos mil euros, se reduzia até à data daquela sessão a um

dispêndio de apenas duzentos e treze mil, duzentos e setenta e seis euros e quarenta e um cêntimos, ou seja, cerca de nove por cento, o que desmentia totalmente a tão anunciada, e ainda este ano reforçada, prioridade no abastecimento de água, acrescentando, que se reforçava ainda mais tal conclusão no facto de no presente ano de 2013, e até à data daquela sessão, não se ter dispendido um único cêntimo com o abastecimento de água e, neste mesmo dia, os compromissos assumidos fossem apenas de quarenta e sete mil, setecentos e noventa e dois euros, informando que os números apresentados terem sido exclusivamente retirados de documentos que a Câmara Municipal fora disponibilizando à assembleia ao longo do mandato. ----------

----- O senhor presidente da assembleia municipal disse ainda que, na sua opinião, competia à câmara municipal esclarecer o que concretamente fora realizado com os cerca de cinco milhões de euros que sobraram dos pagamentos efectuados com os compromissos relativos ao serviço da dívida (própria, das empresas e aos fornecedores) e ainda às transferências para as Juntas de Freguesia, concluindo que lhe parecia que, apesar do meritório trabalho da câmara municipal em terminar com a calamitosa dívida a fornecedores e ter cumprido com as suas obrigações bancárias decorrentes dos empréstimos contraídos, houvera "dispêndio a mais para obras a menos" já que não se via nem se deduzia das várias informações escritas apresentadas pelo senhor presidente da câmara municipal a justificação para tão elevados gastos efectuados e tão poucas obras realizadas, salvo se a própria câmara não tenha apresentado nas referidas informações todos os dados disponíveis. --------

----- O senhor presidente da assembleia municipal terminou dizendo que verificava também que aquela Conta de Gerência, à semelhança das anteriores, apresentava uma baixa execução nas despesas de capital (cerca de sessenta e um por cento) muito embora apresentasse melhores resultados do que em 2011 (sessenta por cento) e em 2010 (quarenta e cinco e meio por cento) enquanto, ao contrário, a percentagem de execução nas despesas correntes tivesse vindo a melhorar (setenta e três por cento em 2012; oitenta e três por cento em 2011 e oitenta por cento em 2010). ----------

----- Posto isto, o senhor deputado municipal Luís Silveira usou da palavra, para colocar a questão do relatório que lhes tinha sido apresentado pelo revisor de contas que, nos ajustamentos que o referido revisor de contas alertava a câmara, viu algumas

recomendações e uma levantava a questão do Município ter de justificar as despesas no âmbito do Fundo Social Municipal, podendo existir o risco da devolução daquele dinheiro, caso não fossem justificadas, deixando-os sem perceber qual o passo que o Município estava a dar para usufruir do Fundo Social Municipal.
----- Referiu também como questão que julgava importante era o facto da empresa municipal não ter cumprido com as suas responsabilidades e obrigações fiscais já que algumas não tinham sido liquidadas até trinta e um de Dezembro de 2012 e que tinham entrado em mora de pagamento, perguntando assim ao senhor Presidente da Câmara quais eram as dívidas que a "Terra de Fajãs" tinha a trinta e um de Dezembro, para que tivesse havido aquele reparo do técnico oficial de contas. -------
-----Para responder ao senhor deputado municipal Luís Silveira, o senhor presidente da câmara tomou a palavra e disse que o seu conhecimento era apenas de umas pequenas dívidas que existiam às Finanças e que tinham sido logo regularizadas, achando que a chamada de atenção do revisor de contas se devia ao factos dos revisores de contas serem pessoas que iam ao mais ínfimo pormenor e, quanto ao Fundo Social Municipal, ele não tinha conhecimento disso. ----------
----- O senhor presidente da assembleia disse então que, relativamente ao Fundo Social Municipal, a câmara municipal das Velas tinha recebido naquele mandato, até ao dia daquela reunião, trezentos e dezasseis mil setecentos e treze euros, porque em 2010 tinha recebido cento e três mil, cento e seis euros, em 2011, noventa e sete mil, oitocentos e noventa e dois euros, em 2012, noventa e dois mil, quinhentos e sessenta e três e no ano presente estava orçamentado quarenta e dois mil quinhentos e setenta e seis euros e, no ano de 2013 que decorria, já havia recebido vinte três mil, cento e quarenta e dois euros e que as verbas recebidas através daquele fundo tinham de ser justificado, porque ter sido criado para determinadas acções concretas que as câmaras municipais se deviam responsabilizar e que achava estranho o desconhecimento do senhor presidente da câmara porque aquela chamada de atenção ou recomendação vinha nos relatórios do ROC já há muito tempo e que, por diversas vezes, esse assunto tinha sido levantado naquela assembleia. ----------
-----Posto isto, passou-se à votação em conjunto a prestação de contas do ano de 2012, incluindo a apreciação das contas das empresas municipais e consolidação das

mesmas, verificando-se que a proposta foi aprovada com onze votos a favor do grupo municipal do PS, com três votos contra do grupo municipal do CDS-PP e seis abstenções do grupo municipal do PSD, tendo o senhor presidente da assembleia dito jocosamente o sentido de voto do grupo municipal da "situação" tinha valido naquele momento. ----------

----- Como corolário lógico da aprovação da Conta de Gerência, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos referente à **Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2011 da Câmara Municipal**, tendo o senhor presidente da assembleia municipal dado a palavra ao senhor presidente da câmara para explicar as motivações políticas da proposta apresentada pelo executivo camarário. ----------

----- Após a explicação do senhor presidente da câmara, o senhor presidente da assembleia pediu permissão para o enquadramento legal da proposta camarária dizendo que o POCAL (Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais) estabelecia no seu ponto 2.7.3.2 que "no início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 (Resultados transitados)" e, por sua vez, o número 2.7.3.1 estabelecia que "a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo" ----------

----- Prosseguindo, disse que sobre a mesma matéria, o número 2.7.3.3 estabelecia que "quando houver saldo positivo na conta 59 (Resultados transitados", o seu montante podia ser repartido da seguinte forma: **a)** Reforço do património e/ou **b)** Constituição ou reforço de reservas", mas que, no entanto, o número 2.7.3.4 determinava que "é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 (Património) corresponda a 20% do activo líquido", referindo que, porém, o número 2.7.3.5 estabelecia que "sem prejuízo do disposto no número anterior (2.7.3.4), deve constituir-se o reforço anual da conta 571 (Reservas legais), no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício" ----------

----- Acrescentou que a conta 5 do POCAL (Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais), segundo o capítulo "**9 - Quadro de Contas do POCAL**" estabelecia, por sua vez, que a conta 59 "acolhe os resultados líquidos provenientes do exercício anterior". ----------

----- Concluiu então o senhor presidente da assembleia que, perante o que explanara, e antes de dar a palavra aos senhores deputados municipais que se quisessem inscrever, perguntava ao senhor presidente da câmara municipal se a proposta emanada da Câmara Municipal não deveria conter um valor, no mínimo de 5%, a constituir o reforço anual da conta 571 (Reservas legais) e o remanescente (resultados líquidos provenientes do exercício anterior) na conta 59 (Resultados transitados), ou então, que após a inscrição da sua totalidade na conta 59, surgisse uma proposta camarária para aplicação da determinação do número 2.7.35, isto era, a constituição do "reforço anual da conta 571 (Reservas legais), no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício". ----------

----- O senhor presidente da câmara não querendo intervir e não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo a **proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2011 da Câmara Municipal** sido aprovada nos precisos termos que foi apresentada pela câmara municipal merecendo onze votos a favor do grupo municipal do PS e seis abstenções do grupo municipal do PSD e três abstenções do grupo municipal do CDS-PP, não tendo votado o presidente da assembleia municipal. ----------

----- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos que versava a "**Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º deste Regimento**" tendo o senhor presidente da assembleia dado, em primeiro lugar, a palavra ao senhor presidente da câmara municipal para desenvolver a informação escrita por ele apresentada já que a mesma era bastante sucinta em certas matérias, nomeadamente no que se referia ao desenvolvimento das acções em matéria de obras executadas por administração directa e, noutras, era mesmo omissa, nomeadamente no que se referia às empresa municipais e outras entidades participadas pelo Município. ----------

----- Posto isto, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que passou a apresentar a referida informação referindo, entre outras, uma reunião com o chefe do CNE para preparação da realização na Ilha de S. Jorge do Jamboree Regional entre dia 15 e 21 de Julho, tendo ficado decidido que a câmara municipal iria prestar colaboração para a realização do mesmo. Também informou que, quanto aos processos

judiciais, estava a resolver o caso do "Castanheira" para ver se deixava menos um problema no Município, referindo que era por aquele motivo que o senhor vereador Amaro Filipe se encontrava fora da ilha. ----------

----- Terminada a intervenção do senhor presidente da câmara, o senhor presidente da assembleia pediu para usar da palavra referindo que, mais uma vez, a intervenção do senhor presidente da câmara pouco tinha adiantado à informação escrita apresentada, e que, segundo a legislação em vigor aplicável, esta informação não devia conter apenas os elementos financeiros mas também a descrição da actividade da câmara no período decorrido entre duas sessões ordinárias da Assembleia Municipal. ----------

----- Acrescentou ainda que, mais uma vez, a actividade desenvolvida pela câmara municipal nas empresas ou outras entidades em que o município detinha alguma participação no capital social ou equiparado, bem como os resultados disponíveis de natureza económico-financeiro não estavam convenientemente contemplados naquela "informação". ----------

----- Alertou que, aliás, essa obrigatoriedade era coincidente com a opinião do actual senhor presidente da câmara municipal das Velas quando era membro da respectiva Assembleia Municipal já que em 30 de Junho de 2009 questionara o senhor Presidente da Câmara de então "sobre a situação de ordenados em atraso dos funcionários da Escola Profissional da Ilha de S. Jorge". ----------

----- Continuou a reafirmar que, ao contrário, a situação financeira do município vinha bem elaborada e com os elementos suficientes para uma análise crítica sobre a matéria, pelo que se deduzia que tecnicamente a referida informação estava bem elaborada em tudo o que provinha dos funcionários municipais enquanto as questões, essencialmente políticas, provenientes do gabinete pessoal do senhor presidente da câmara eram insuficientes e desrespeitadoras da lei. ----------

----- O senhor presidente da assembleia pediu, então, permissão para levantar algumas questões não contempladas na informação mas de que se falavam publicamente. ----------

----- Começou por se referir à construção de um **Pavilhão de Alto Rendimento para o Judo**, perguntando ao senhor Presidente da Câmara se já existia projecto

dessa obra e qual a situação do respectivo licenciamento? Qual a entidade responsável pela execução da obra? Qual a entidade/entidades que iriam suportar os custos da referida obra? Para quando se previa o início e fim da obra? E qual a entidade proprietária futura do referido pavilhão? ----------

----- Seguidamente perguntou se a câmara municipal, alguma empresa municipal ou a Escola Profissional estavam a tratar ou já tinham tratado da concessão de algum empréstimo e, em caso afirmativo, os respectivos montantes, spreads, garantias e prazo de liquidação. ----------

----- Perguntou ainda o valor dos projectos enviados para comparticipação da União Europeia, directamente enviados pela Câmara Municipal e/ou pelas empresas municipais e quais as obras já tinham sido aprovadas, os valores destas e ponto de situação das restantes. ----------

----- Finalmente referiu que o artigo 43°, no seu número um, da Lei n° 50/2012, de 31 de Agosto, aquela que aprovava "o regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais", determinava que "as empresas locais têm obrigatoriamente um sítio na Internet" descriminando o número dois do mesmo artigo a informação que, nesse sítio, devia estar "permanentemente actualizada" dizendo que, por outro lado, essa a lei a que se referia nos entrara em vigor "no primeiro dia útil do mês seguinte ao dia da sua publicação" e, por conseguinte, a entrada em vigor das normas que tinham outro prazo definido na própria lei, repercutia-se a partir do dia 1 de Setembro de 2012. ----------

----- Assim, perguntou se o sítio das empresas poderia ser o mesmo da câmara municipal e a respectiva fundamentação legal para o facto e em que data do processo deveria estar o "sítio" da "Terra de Fajãs", sucessora da VELAS FUTURO, operacional, caso houvesse justificação legal para ainda o não estar.

----- Em resposta, o senhor presidente da câmara disse que, relativamente ao Pavilhão de Judo, o projecto já estava elaborado e se estava a tratar da candidatura aos fundos comunitários e quanto ao futuro proprietário do Pavilhão informou que naturalmente seria o Município da Velas e o Judo Clube de S. Jorge. ----------

----- Quanto a empréstimos bancários, a câmara estava a tratar de um empréstimo para poder arrancar com algumas obras mas que nada ainda estava resolvido não

podendo adiantar mais nada sobre o assunto a não ser informar que era a Câmara Municipal que estava a tentar fazer aquele empréstimo. ----------

----- Relativamente às obras aprovadas para apoio comunitário teria de verificar com mais tempo porque naquele momento apenas se lembrava do Caminho dos Cavalos e da Casa Cunha. ----------

----- Quanto ao "site" das empresas municipais informou que não havia nenhum para as empresas. ----------

----- Voltando a usar da palavra, o senhor presidente da assembleia perguntou ao senhor presidente da câmara se estaria contabilizada a capacidade de endividamento da câmara, tendo como facto assente a inclusão das dívidas das empresas naquela contabilização e, consequentemente, se havia disponibilidade para se contrair qualquer empréstimo, ao que o senhor presidente da câmara respondeu que estava tudo contabilizado e havia disponibilidade para a câmara fazer um novo empréstimo, não podendo garantir o seu limite. ----------

----- O senhor presidente da assembleia voltou a perguntar se havia disponibilidade para fazer o empréstimo ao que o senhor presidente da câmara respondeu que havia disponibilidade sem perigo da câmara ir para saneamento financeiro. ----------

-----Posto isto, o senhor presidente da assembleia disse que não havendo mais intervenções sobre aquela matéria dava por finalizado aquele ponto da ordem de trabalhos, dando por encerrada aquela reunião quando eram vinte e três hora e cinco e oito minutos, marcando a próxima reunião para a quinta-feira, dia dois de Maio, pelas dezanove horas e trinta minutos, naquele mesmo lugar e desta reunião se lavrou a presente acta que vai assinada pela Mesa da Assembleia. ----------

António Bernardo das Neves Pedrosa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

CERTIDÃO

António Frederico Correia Maciel, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sua sessão ordinária do passado dia 29 de Abril deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas aprova em minuta para imediata executoriedade a parte da acta referente à deliberação em que a Assembleia Municipal das Velas na sua sessão ordinária do dia 29 de Abril próximo passado deliberou aprovar por maioria, com dez votos a favor do Grupo Municipal do Partido Socialista, duas abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP e seis abstenções do Grupo Municipal do PSD, a Proposta do relatório e Contas referentes ao ano de 2012 da Câmara Municipal das Velas tendo verificado o saldo orçamental da gerência anterior na quantia de duzentos e oitenta e cinco mil seiscentos e trinta e sete euros e catorze cêntimos e de Operações de Tesouraria na quantia de nove mil e noventa e três euros, sendo o total das receitas de cinco milhões quinhentos e setenta e seis mil setecentos e quarenta e seis euros e cinquenta e um cêntimos das quais foram de receitas correntes a quantia de três milhões cento e quarenta e oito mil noventa e um euros e noventa e cinco cêntimos e de receitas de capital a quantia de dois milhões cento e cinquenta e seis mil duzentos e sessenta e oito euros e nove cêntimos. Verificou-se também que as despesas orçamentais ascenderam a cinco milhões e oitenta e sete mil duzentos e cinquenta e quatro euros e trinta e dois cêntimos, das quais foram despesas correntes a quantia de dois milhões seiscentos cinquenta e um mil quinhentos e oitenta e um euros e vinte e dois cêntimos e de despesas de capital a quantia de dois milhões quatrocentos e trinta e cinco mil seiscentos e setenta e três euros e dez cêntimos. O total de entrada de operações de tesouraria foi de duzentos e três mil e oitocentos e cinquenta e cinco mil e cinco cêntimos e de saída de cento e noventa e quatro mil setecentos e sessenta e dois euros e cinco cêntimos. Transita para a gerência seguinte o saldo de duzentos e oitenta e cinco mil seiscentos e trinta e sete euros e catorze cêntimos em execução orçamental e nove mil e noventa e três euros em operações de tesouraria.

Igualmente foi aprovado na mesma deliberação o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011, demonstração consolidada dos resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2011, o mapa do resumo da execução orçamental e anexo às demonstrações consolidadas, bem como mereceu a concordância da Assembleia Municipal das Velas a certificação legal das contas.

Os respectivos documentos foram enviados a esta Assembleia a coberto de ofício datado de 18 de Abril de 2012.

Velas, 29 de Abril de 2013

O Presidente da Assembleia Municipal

António Frederico Correia Maciel

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

CERTIDÃO

António Frederico Correia Maciel, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sua sessão ordinária do passado dia 29 de Abril deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas aprova em minuta para imediata executoriedade a parte da acta referente à deliberação em que a Assembleia Municipal das Velas na sua sessão ordinária do dia 29 de Abril próximo passado deliberou aprovar por maioria, com dez votos a favor do Grupo Municipal do Partido Socialista, dois votos contra do Grupo Municipal do CDS/PP e seis abstenções do Grupo Municipal do PSD, a proposta da câmara Municipal das Velas para que se proceda nos termos do ponto 2.7.3.2 das considerações técnicas do POCAL, aprovado pelo decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, transferindo o resultado líquido do exercício de 2012 para a conta "59 - Resultados Transitados"

Os respectivos documentos foram enviados a esta Assembleia a coberto de ofício datado de 18 de Abril de 2012.

Velas, 29 de Abril de 2013

O Presidente da Assembleia Municipal

António Frederico Correia Maciel